



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

ATA N.º 2/2026
(CONTÉM 38 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, e atendendo ao seu aditamento ulterior, datado de vinte de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas dez horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos:

1. Período antes da ordem do dia:

- 1.1 Ata da reunião ordinária realizada no dia 29 de dezembro de 2025 – Apreciação e deliberação;
- 1.2 Ata da reunião extraordinária realizada no dia 12 de janeiro de 2026 – Apreciação e deliberação;
- 1.3 Informações – Apreciação;

2. Período da ordem do dia:

- 2.1 Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, como proposto pela Unidade de Apoio Jurídico, do Contencioso e Fiscalização – Apreciação e deliberação;
- 2.2 Minuta do contrato de comodato a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã de Braciosa, tendo por objeto a cedência da “*Antiga Escola Primária de Fonte de Aldeia*” – Apreciação e deliberação;
- 2.3 Minuta de “*Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira*” no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2023, de 12 de setembro, com as posteriores alterações – Apreciação e deliberação;
- 2.4 Delegação de competências no domínio da educação – DL 21/2019, de 30 de janeiro – Apreciação e deliberação;
- 2.5 Plano Municipal de Ação Climática – Apreciação e deliberação;
- 2.6 Proposta de atividade de celebração dos 50 anos do poder local – Nomeação de representantes (2) da Assembleia Municipal;



- 2.7 Petição à Assembleia Municipal: *“Pedido de exclusividade das festas tradicionais nos dias 26 e 27 de dezembro na aldeia de Duas Igrejas”* – Apreciação;
- 2.8 Aprovação em definitivo do Regulamento do Transporte Público de Passageiros em Táxi do Município de Miranda do Douro – Apreciação e Deliberação;
- 2.9 Informação a prestar pela Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal – Apreciação;
- 2.10 Outros assuntos.

3. Período de intervenção do Público.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Velho Ferreira; Alfredo Eduardo Argulho Alves; António Augusto Castro Carção; António Manuel Marques dos Santos; Priscila Salomé Ribeiro Oliveira; Maria Virgínia Lopes Preto; Camilo António Vaz das Neves Raposo; Bruno Filipe Lourenço Torrado; Eduardo Luís Tiago Beça Sanches da Gama; Emanuel Pinto Bernardo; Cristina Maria Teles de Sousa Martins; Emanuel David Carção; Carolina Rodrigues Mesquita; Ricardo Nuno Jordão Coelho; Mário João Ferreira Vaz; António Marcos Ruano; Edite Dias Lopes; Micaela Raposo Fernandes da Igreja; Francisco José Carvalho Parreira; Álvaro Xavier Carvalho Rodrigues; António Jorge Jacoto Lourenço; Ricardo Jorge Raposo Lucas; Lísis Fernandes Gonçalves; José Francisco Gonçalves Ribeiro; Nélio Miguel Seixas; Luís Miguel Poço Santiago; Silvino Francisco Preto Silva e António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros:

Nenhuma ausência a registar.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril; António Nuno Marcos Rodrigues; Vítor Manuel Vaz Bernardo e António José Fernandes Ribeiro.

Constatou-se a ausência do seguinte membro do Órgão Executivo:

Ana Sofia Fernandes Ortega.

Alcançado o quórum, o **Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Velho Ferreira**, cumprimentou todos os intervenientes e declarou aberta a reunião eram dez horas e três minutos.



Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início aos trabalhos com o ponto um: período antes da ordem do dia.

1. Período antes da ordem do dia:

1.1 Ata da reunião ordinária realizada no dia 29 de dezembro de 2025 – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervenções e inscreveu-se o Membro Bruno Filipe Lourenço Torrado.

O **Membro Bruno Torrado** cumprimentou os presentes e informou que, no seguimento do envio da ata da reunião da Assembleia Municipal realizada em dezembro, remeteu, por e-mail, ao Presidente da Assembleia Municipal um pedido de correção em três pontos referentes à sua intervenção, bem como às respostas da Presidente da Câmara Municipal e solicitou que essas correções fossem efetuadas.

O **Presidente da Assembleia** confirmou a receção das correções propostas pelo Membro Bruno Torrado e informou que se procedeu às referidas correções, as quais foram verificadas com base na gravação áudio, conforme habitual nestes procedimentos. Mais informou que as mesmas em nada alteraram o conteúdo, tratando-se de alguns acréscimos que o Membro Bruno Torrado considerou relevantes e que estariam omissos nas suas intervenções e nas da Presidente da Câmara Municipal. O Presidente da Assembleia Municipal deixou à consideração dos Membros da Assembleia a leitura dessas alterações caso assim o entendessem.

Nada havendo a acrescentar, o **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a votação a ata da reunião ordinária realizada no dia 29 de dezembro de 2025, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Membros que nela participaram, com as correções propostas pelo Membro Bruno Filipe Lourenço Torrado. No momento da votação, não se encontravam presentes os seguintes Membros: Lísis Fernandes Gonçalves; Maria Virgínia Lopes Preto; António Preto Mamede; Mário João Ferreira Vaz; Silvino Francisco Preto Silva; Cristina Maria Teles de Sousa Martins; Francisco José Carvalho Parreira e Ricardo Jorge Raposo Lucas, tendo os mesmos comparecido posteriormente, aquando da apreciação do ponto 1.3 da ordem de trabalhos.

1.2 Ata da reunião extraordinária realizada no dia 12 de janeiro de 2026 – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que desejassem intervir o fizessem. Não havendo membros inscritos, submeteu a votação a ata da reunião extraordinária realizada



no dia 12 de janeiro de 2026, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Membros que nela participaram.

No momento da votação, não se encontravam presentes os seguintes Membros: Lísis Fernandes Gonçalves; Maria Virgínia Lopes Preto; António Preto Mamede; Mário João Ferreira Vaz; Silvino Francisco Preto Silva; Cristina Maria Teles de Sousa Martins; Francisco José Carvalho Parreira e Ricardo Jorge Raposo Lucas, tendo os mesmos comparecido posteriormente, aquando da apreciação do ponto 1.3 da ordem de trabalhos.

1.3 Informações – Apreciação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervenções e inscreveram-se os seguintes Membros: António Manuel Marques dos Santos; Bruno Filipe Lourenço Torrado; Luís Miguel Poço Santiago; Alfredo Eduardo Argulho Alves; Carolina Rodrigues Mesquita; Emanuel Pinto Bernardo; António Augusto Castro Carção e Mário João Ferreira Vaz.

O **Membro António Santos** começou por saudar os membros da Assembleia Municipal e deu conhecimento que o programa das “Escolas à descoberta de Abril”, no âmbito das comemorações dos 50 anos de abril, iria ser concluído na Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro. Foi um convite endereçado pelo Conselho Nacional de Educação. Referiu ser uma efeméride que muito os orgulhava e que decorreria no dia catorze de abril, endereçando o convite a todos os presentes.

Prosseguiu felicitando o Município de Miranda do Douro pela recolha de bens efetuada para ajudar as pessoas vítimas das tempestades. Considerou ter sido oportuno, rápido e com uma adesão bastante grande da população.

Seguidamente, relativamente a questões oportunas, referiu uma situação pessoal. Também devido às intempéries, o telhado de sua casa teve algumas infiltrações, pelo que fez o pedido de intervenção nos serviços próprios da Câmara Municipal, nomeadamente o pedido de ocupação da via pública para a mudança de algumas telhas quando estivesse bom tempo. Sendo que ficou surpreendido quando os serviços o informaram que teria de esperar quinze dias por uma decisão, atendendo à simplicidade da intervenção. Considera que devia de existir uma abordagem diferente para estas pequenas intervenções, considerando que não se justifica a espera de quinze dias por uma decisão quando se pretende corrigir algo que o vento estragou inesperadamente.

Posteriormente, apresentou uma proposta relativamente à economia de Miranda do Douro. Uma vez que são implementadas medidas e atividades que pretendem contribuir para o desenvolvimento económico de Miranda do Douro, considera pertinente perceber quem é que são as pessoas que vêm a Miranda do Douro,



como é que se deslocam, para depois, com base nisso, se estabelecer um plano de intervenção. Considerou fundamental fazer um inquérito às pessoas que visitam Miranda do Douro, pois é a base de qualquer plano de atividades, e tendo em atenção que houve uma alteração muito grande nos fluxos de visitantes desde a pandemia.

Para finalizar, solicitou um ponto da situação por parte do Executivo Municipal relativamente à Feira dos Sabores.

O **Membro Bruno Torrado** cumprimentou todos os presentes e agradeceu o uso da palavra. Em primeiro lugar, deixou uma ressalva em relação ao protocolo para com os Membros da Assembleia Municipal, considerou que não está a ser cumprido. Apontou como exemplos: a conferência de imprensa realizada para abordar o tema das barragens e a apresentação da Estrutura de Missão para a Promoção da Língua Mirandesa. Enquanto membro da Assembleia Municipal não recebeu nenhum convite para estar presente nestes eventos. Considerou que, em situações desta natureza, deverá ser enviado um e-mail a convidar os membros da Assembleia Municipal, uma vez que a sua presença também contribuirá para o reforço destes eventos.

Seguidamente, questionou sobre o equipamento que foi montado junto ao Posto de Turismo, o qual ressaltou que não sabe se é da responsabilidade do Município. Esse equipamento, que lhe pareceu tático, tem anexo um painel solar colocado virado para norte (que não apanha sol ou apanha pouco sol) e debaixo de uma árvore, pelo que lhe pareceu que não foi bem equacionado o local.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que, no âmbito da análise que vai fazendo ao programa eleitoral apresentado pela candidatura do Partido Social Democrata (PSD) nas últimas eleições, "Miranda an Buonas Manos", consta uma promessa de criar uma unidade hospitalar privada com cuidados continuados. Gostaria de saber qual é a ideia que está a ser desenvolvida e como e se é para realizar ou não.

Deu continuidade à sua intervenção apresentando uma interpelação relativa à presença da Presidente da Câmara Municipal na cerimónia de inauguração do consulado do Reino da Tailândia, na cidade do Porto. Felicitou a Presidente da Câmara Municipal pelo seu espírito aventureiro e diplomático. No entanto, não deixou de ficar impressionado e ponderou se existiria ou não uma delegação de Miranda do Douro em Banguecoque. E deixou as seguintes questões: "*Foi algum protocolo assinado? Que investimento tailandês vem a caminho?*" Ressaltou ser a favor da diplomacia, mas é uma diplomacia que traga algo de volta para Miranda do Douro. Considera que o investimento do tempo da Presidente da Câmara Municipal e do dinheiro do Município tem de ter uma estratégia muito clara para todos.



Seguidamente, proferiu a intervenção que passamos a transcrever, entregue à Mesa da Assembleia para efeitos de redação da ata, começando por abordar o tema da Cooperativa Ribadouro de Sendim:

“O tempo de acreditar, o tempo de conhecer dossiers, o tempo de compreender, mas essencialmente o tempo de colocar em prática, real e de forma verdadeira, consistente em medidas e ações importantes para os cidadãos, entidades e empresas do concelho de Miranda do Douro começa a ecoar um som retumbante! Vivemos um tempo em que o silêncio da liderança política do atual executivo chega a ser ensurdecedor! É um som de inação! É um som da Preguiça!

É um som do comodismo que nada mais se tenta do que simplesmente esconder este mesmo silêncio ao som da gaita de foles Mirandesa!

Mas.... Caro executivo, senhores presidentes de junta, senhores secretários e colegas presentes.

Nós nesta sala, nesta e noutras sessões futuras temos responsabilidades perante os Mirandeses.

Desse modo, e aproveito o som da gaita de foles, ocorre-me um slide:

"Vamos bailar outro lhaço" - Recorda-se Senhora Presidente?

Pois bem...

- Modernizar Cooperativas...

Faço referência específica à Adega Cooperativa Ribadouro.

Parto de um princípio que todos estaremos de acordo que é uma entidade de enorme peso histórico, económico e social no nosso concelho, e quem sabe, do planalto.

São gerações de viticultores, são mais de seis décadas, que ano após ano é a sua maior valia de rendimento e sustento familiar de centenas e centenas de famílias Mirandesas.

O eventual e definitivo encerramento desta Cooperativa não será apenas por consequência de possíveis más gestões, será também o reflexo da ausência de acompanhamento institucional de forma atempada, clara e com objetivos bem definidos.

Por conseguinte pergunto:

Sra. Presidente/ P.U.F.S.A (Senhor Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor), têm conhecimento formal e atualizado da situação financeira e estrutural da Adega Cooperativa Ribadouro?

Sra. Presidente/ P.U.F.S.A, o executivo ou V.Ex.^a encetou contactos com a direção da Cooperativa?

Sra. Presidente/ P.U.F.S.A ou algum membro por vós designado colaborou, mediou ou priorizou a necessidade de contactos com entidades regionais, nacionais, sejam eles grupos ou empresas do setor vínico?

Sra. Presidente/ P.U.F.S.A...



Está previsto algum apoio (NÃO... não me refiro a protocolos de 20, 50 ou 100 mil euros...) está previsto, algum apoio na mediação ou negociação?

Considero que com estas questões, tenham em atenção que não pretendo que o Município interfira na autonomia e gestão interna da cooperativa.

Mas sim, considero que é seu desígnio, não só por o ter prometido e defendido em campanha eleitoral, mas sobretudo porque é a si que lhe compete defender e lutar na salvaguarda da atividade económica local.

O setor agrícola, neste caso em particular, da vinha e do vinho, também nos identifica e diferencia perante os outros territórios. Honremos o que tanto os nossos antepassados edificaram, apesar das também suas inúmeras adversidades.

Não nos podemos acomodar e ficar resignados e no silêncio! Se consideramos que Miranda está em boas mãos, vamos arregaçar as mangas e atuar verdadeiramente em prol das necessidades e dos problemas dos Mirandeses.”

Para finalizar a sua intervenção, leu uma homenagem a Manuel António dos Santos André.

“Homenagem a Manuel António dos Santos André”

Na história de Palaçoulo, existem nomes que marcam para sempre a trajetória do nosso concelho e que, através do seu trabalho e dedicação, moldam o futuro das nossas gentes. Manuel António dos Santos André, nascido a 3 de novembro de 1956, foi sem dúvida um desses homens excecionais que, com o seu visionarismo e espírito empreendedor, contribuiu de forma única para o desenvolvimento da nossa terra.

O seu legado será sempre lembrado pela enorme contribuição para a industrialização de Palaçoulo, nomeadamente na arte das Artes Gráficas, um setor até então desconhecido na nossa região. Foi ele que trouxe consigo a tecnologia inovadora que, na década de 1980, era ainda uma realidade distante para muitos concelhos do interior de Portugal. Em 1988, existiam apenas quatro indústrias deste ramo no distrito de Bragança, mas foi em Palaçoulo que ele deu um passo decisivo para a transformação dessa realidade.

A criação da TIPALTO, uma empresa especializada no setor das Artes Gráficas, não foi apenas um marco no campo empresarial. Foi um verdadeiro pilar para o crescimento local. Além de trazer inovação, André proporcionou aos nossos habitantes postos de trabalho que, na época, se traduziram numa importante alternativa à emigração, permitindo que muitos ficassem em Palaçoulo e contribuíssem para o bem-estar da nossa comunidade.

A TIPALTO não só dinamizou a economia local, como também se tornou um farol de visibilidade para a aldeia, que ganhou notoriedade através do seu nome, e pela sua intervenção na criação de riqueza e apoio



a outras empresas, câmaras municipais e instituições da região. O impacto da sua obra estendeu-se além de Palaçoulo, sendo a nossa terra mais reconhecida e respeitada, graças ao trabalho de André e ao seu projeto visionário.

Manuel António dos Santos André foi, acima de tudo, um homem de ação. Conhecido por todos como André da TIPALTO, deixou-nos um exemplo de coragem, perseverança e amor à sua terra. O seu legado vive na nossa memória e, sobretudo, nas gerações que terão sempre como referência o seu trabalho imensurável. Em sua honra, rendemos esta justa homenagem, reconhecendo e celebrando a sua contribuição para o desenvolvimento de Palaçoulo, do concelho de Miranda e da região. Que o seu exemplo continue a inspirar-nos a todos como uma força motriz do progresso e da unidade. Disse, Senhor Presidente, e muito obrigado”.

Antes de prosseguir com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou junto dos Membros da Assembleia alguma atenção relativamente ao tempo das intervenções, por uma questão de distribuição justa de palavra por todos os Membros da Assembleia Municipal. No entanto, ressaltou o merecido tempo de homenagem a **Manuel António dos Santos André**. De seguida, passou a palavra ao Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, Luís Santiago.

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, Luís Santiago**, cumprimentou os presentes e começou por felicitar o Município pela divulgação do Festival de Sabores Mirandeses, que considera ter sido bem executada, tanto a nível televisivo como na colocação dos outdoors em Espanha e na cidade do Porto, destacando igualmente a qualidade do cartaz.

Referiu, também, que os expositores com quem tinha falado durante o decorrer do evento estavam satisfeitos, assim como *a posteriori* os que contactou, nomeadamente os de Sendim. Inclusive mencionaram que foi das melhores Feiras em que estiveram presentes.

Acrescentou que, no sábado, os restaurantes de Miranda do Douro estavam cheios e com filas à espera na hora de almoço e de jantar, por isso considerou que se vê que há retorno do dinheiro gasto nas Feiras.

De seguida, abordou o tema da Cooperativa Agrícola Ribadouro, revelando admiração por agora toda as pessoas querem falar da Cooperativa. Recordou os presentes que, aquando da demissão da anterior Direção, fez reuniões e telefonemas a várias pessoas para constituição de uma nova direção, mas não obteve adesão. E, posteriormente, apareceu a direção que está atualmente.

Revelou admiração ao ouvir, atualmente, vários comentários de que a Cooperativa foi mal gerida e que as pessoas não tinham formação, admitindo também essa possibilidade. Contudo, questionou se alguém



conhece alguma Cooperativa que não seja gerida por pessoas que são sócias e que não possuem formação específica para o efeito.

Referiu ainda que, há alguns anos, quando a Cooperativa tinha mais impacto na região, poderia ter sido importante contratar uma pessoa para a sua gestão. No entanto, questionou novamente os presentes sobre se consideravam que alguém em Sendim aceitaria a contratação de um gestor com uma remuneração de 5.000 € ou 6.000 €, manifestando a opinião de que tal não seria aceite.

Em seguida, acrescentou que esta Câmara Municipal foi a única a incluir nos eventos do Município o vinho da Cooperativa. Recordou que tal nunca havia sido feito, salientando que foram doze anos durante os quais a Cooperativa já se encontrava em dificuldades. Recomendou ponderação quando se fala da Cooperativa, afirmando que a Cooperativa é dos sócios.

Acrescentou ainda que os maiores produtores de uvas, alguns dos quais agora tecem críticas, abandonaram a Cooperativa. Admitiu que é uma realidade que nem tudo foi bem feito. Os bancos também não atuaram de forma adequada ao concederem financiamento para pagamento das uvas. Nenhum dos sócios votou contra quando foi para contrair os empréstimos. Concluiu que, de forma geral, a responsabilidade é partilhada, não considerando correto atribuir a culpa exclusivamente às Direções.

Deixou uma palavra de apreço à direção atual que, com certeza que não fez tudo bem, mas conseguiu pagar salários, conseguiu pagar a todos os sócios as uvas, o que beneficiou a quem nunca abandonou a Cooperativa.

Por fim, acrescentou um reparo em relação à estrada nacional 221 que foi pintada apenas até ao cruzamento de Picote, estando entre o cruzamento de Picote até à estação de Urrós. Assim, solicitou ao Executivo do Município a sua intervenção, para que seja pintada na sua totalidade, tendo em conta a sua importância.

O Membro Alfredo Eduardo Alves cumprimentou os presentes e referiu que, após ter lido uma notícia em que menciona que o distrito de Bragança teve 5.004 projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em 2025 e o concelho de Miranda do Douro aparece em antepenúltimo com apenas 3,3 milhões de euros resultantes de 230 projetos. Questionou a Câmara Municipal, tendo incentivos como tem até 2026, se não teria sido possível ter feito mais alguma coisa. Se não dispõem de um gabinete próprio para fazer estes projetos. No caso de não existir, porque é que não contactaram empresas privadas, uma vez que este tipo de projetos são importantes para Miranda do Douro.

Prosseguiu e, analisando o Plano de Ação Climática, aproveitou para congratular os técnicos Liliana e Luís Miguel Gonçalves pelo Plano Municipal de Ação Climática, pois considera que está bem compilado. Depois, considerou ser o momento para dizer o que faria de diferente em relação aos projetos, uma vez que também



já tinha sido anteriormente desafiado pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal a fazê-lo. Se Miranda do Douro tem um projeto de chegar à sustentabilidade zero, à neutralidade carbónica em 2050, deixou a sugestão que se poderia ter convidado biólogos e engenheiros agrónomos para fazer este estudo, para que se chegue mais rapidamente a esta neutralidade. Em seguida, na sua opinião e visão, poderia ter sido desenvolvido outro projeto que aproveitasse o conhecimento dos agrónomos, dos biólogos, para implementar e apoiar uma agricultura diferente, reaproveitando os recursos de um projeto para criar novos projetos. Terminou a sua intervenção com um pedido de esclarecimento sobre esta questão.

A **Membro Carolina Mesquita** cumprimentou os presentes e questionou o Executivo Municipal sobre qual será o desígnio dos terrenos anteriormente adquiridos para a zona industrial de Duas Igrejas, tendo em conta que o referido projeto não será concretizado.

O **Membro Emanuel Bernardo** cumprimentou os presentes e questionou qual o ponto de situação do CITV (Centro de Inspeção Técnica de Veículos) e se já havia alguma previsão para o início dessa obra. Atendendo ao facto de na última Assembleia o Vice-Presidente da Câmara Municipal ter dado conhecimento que iam ser intervencionadas algumas das ETAR, questionou qual o montante global do investimento, qual o trabalho que vai ser executado em cada uma delas, quais vão ser intervencionadas e qual o critério que levou à escolha das dez ETAR a serem intervencionadas, como referido na Assembleia Municipal anterior. Coloca as questões com o intuito de que todos os Membros estejam informados.

Prosseguiu e, dando ênfase ao que já foi falado pelo Membro António Santos, considerou que é necessária uma melhor definição estratégica na organização de eventos e da própria intervenção na economia local.

Salientou a importância de se perceber quando se intervenciona mais do que o que se investe, o que são muitas vezes as perceções. Foi referido pelo Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor que houve muita gente, mas mais do que aquilo que são muitas vezes as perceções, reforçou que é importante para tomar medidas fazê-lo com base nos dados. Acrescentou que é preferível fazer um verdadeiro estudo de impacto económico de certos eventos e não números avulsos, que às vezes parecem uma coisa que na realidade não o são ou até o podem ser. Defendeu que a tomada de decisão deve basear-se em informação fundamentada, para que o investimento seja acompanhado de retorno e para que se saiba qual é o retorno nestes casos. Deu como exemplo a pertinência de caracterizar os visitantes, designadamente quanto a faixas etárias, preferências, comportamentos, com especial enfoque nos eventos de Feiras. Reforçou que esta informação é essencial para orientar o investimento de forma o mais eficiente possível. Reconheceu que o Executivo Municipal quer o bem do concelho, assim como eles, mas considera que quando o trabalho



é feito em conjunto para se perceber e tomar decisões mais bem informados, com este retorno é mais fácil de trazer vida à cidade e ao concelho, à vila e às freguesias do concelho.

Para terminar, solidarizou-se com a intervenção do Membro Bruno Torrado na questão da homenagem a um homem que considera ter dado muito à terra, André da Típalto, deixando o seu agradecimento.

O **Membro António Carção**, após cumprimentar os presentes, saudou a eleição do novo Presidente da República, desejando um mandato duradouro para Portugal, para os portugueses e o bem comum de Portugal.

Em segundo lugar, deixou uma palavra de apreço à Estrutura de Missão para a Promoção da Língua Mirandesa. Referiu que, quem acompanhada as redes sociais, fica alarmado com tanta ignorância e algum aproveitamento político de algo que é de extrema importância para o concelho. É com grata satisfação que afirma que, embora muitos tenham trabalhado para que se tenha concretizado, foi o governo do Partido Social Democrata (PSD) que conseguiu aprovar na Assembleia da República, no orçamento geral do Estado, um milhão de euros para esta Estrutura de Missão, para promover a língua mirandesa, isto durante quatro anos e espera a sua promulgação devido à sua extrema importância.

Acrescentou que gostaria de informar que é um orçamento que não passa pela Câmara Municipal. Este dinheiro vem diretamente do Ministério da Cultura para a Estrutura de Missão. A Câmara Municipal apenas cedeu as instalações.

Ressalvou que, embora pareça muito dinheiro, a ambição dos elementos da direção tem de ser ainda muito maior. Sobre eles recai uma enorme responsabilidade, estão perante os olhares de todos os mirandeses. Inclusive os seus vencimentos, eles que resultam da lei, não há nada a fazer. Mas têm e estão a ser fiscalizados todos os dias. Por isso exige-se, para bem deles e para bem da Língua Mirandesa, que sejam céleres na apresentação de trabalho. Deixa a sua felicitação à Estrutura de Missão e ao Governo.

Relativamente à Feira dos Sabores Mirandeses, felicitou a Câmara Municipal porque considerou ter corrido muito bem.

Continuou deixando duas notas ao Executivo Municipal. Considerou que o Protocolo da Câmara Municipal relativamente à organização de eventos deve ser atualizado e melhorado. Na sua perspetiva, a Assembleia Municipal deve fazer parte do protocolo obrigatoriamente, pelo menos os líderes parlamentares. Também considerou que no evento de apresentação da Estrutura de Missão deveria ter estado presente toda a Assembleia Municipal, pois a presença de todos valoriza mais o ato.

Em relação aos convites, deixou a sua sugestão pessoal que devem ser feitos por e-mail. O e-mail é oficializado, por isso considera que não há razão para as cartas.



De seguida, questionou sobre o desenvolvimento do processo do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) das barragens e do processo do CITV (Centro de Inspeção Técnica de Veículos).

Referiu que, ao ver a preocupação hoje do Partido Socialista ou pelo menos de alguns deputados sobre a Cooperativa Agrícola Ribadouro, lhe causa alguma admiração. Dirigindo-se ao Membro Bruno Torrado, informou que, em 1994, fazia parte dos órgãos sociais da Cooperativa, numa lista de socialistas, e que num comício do PS distribuíram folhas A4 a dizer “*Carção paga as uvas*”. Revelou que a Cooperativa já estava em dificuldades nessa altura e que uma direção constituída por socialistas o havia responsabilizado pelo pagamento, apesar de não ter nada a ver. Acrescentou que nenhum outro Executivo Municipal se preocupou com a Cooperativa como este e o Partido Socialista passou por lá por doze anos e nunca fez nenhum investimento.

Terminada a intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** deixou nota mais uma vez da extensão das intervenções. De seguida, deu a palavra ao Membro da Assembleia Mário João Vaz.

O **Membro Mário João Vaz** cumprimentou os presentes e começou por felicitar o Senhor Alcides Meirinhos por mais uma tradução de um livro para a Língua Mirandesa. Felicitou, também, na sequência do acidente que ocorreu no dia anterior, toda a estrutura da Proteção Civil, nomeadamente os Bombeiros de Miranda do Douro pelo desempenho que tiveram e pela utilização do material que tem vindo a ser comprado, nomeadamente o de desencarceramento. Considerou ter sido um desencarceramento difícil e que foi conseguido com sucesso. Considerou ser pertinente felicitar as instituições pela correta utilização do mesmo e a correta interação entre as mesmas.

Por último, questionou o ponto de situação relativamente ao seguro de saúde.

Terminadas as intervenções dos membros inscritos para o período antes da ordem do dia, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu nota de algumas informações.

Deu conhecimento aos presentes da chegada à Assembleia Municipal de uma moção do Município de São Pedro do Sul, aprovada em Assembleia Municipal, intitulada “*Em Defesa dos Agricultores, das Comunidades Rurais e do Equilíbrio Territorial*”, a qual passou a ler o seu resumo.

“A Assembleia Municipal de São Pedro do Sul deliberou reconhecer o papel essencial dos agricultores e pastores como defensores ativos do território e parceiros fundamentais na preservação da natureza e na prevenção dos incêndios, exigindo assim ao governo, ao ICNF e às entidades competentes que sejam implementadas medidas eficazes de controlo das populações de javalis, não só para garantir a produção de milho (como parece ser o estudo contactado pela Universidade de Aveiro), mas especialmente nas zonas limítrofes de aldeias e explorações agrícolas, mesmo nos designados quintais familiares, como forma de



acréscimo económico e embelezamento das aldeias. Que sejam assegurados mecanismos rápidos e justos de indemnização pelos prejuízos causados por lobos e javalis, que se promovam planos de gestão equilibrada da fauna selvagem com base na realidade local e com participação das autarquias e das populações afetadas, defender políticas públicas de apoio à fixação de jovens e famílias nas aldeias garantindo condições dignas de vida e de trabalho no setor agrícola e florestal e afirmar que a biodiversidade e o equilíbrio ambiental só são possíveis com comunidades vivas, com aldeias habitadas e com agricultores respeitados.” O proponente é o Presidente da Junta de Carvalhais e Candal, Adriano Azevedo e tem como subscritores todos os grupos parlamentares: Partido Socialista, Social Democrata, Chega e Partido Centro Democrático Social.

Prosseguiu e deixou, também, uma nota relativamente à presença nos eventos. Solidarizou-se com o Membro Bruno Torrado e com o Membro António Carção em relação ao que foi referido sobre o Protocolo. Acrescentou que considera fundamental que, aquando da receção de convites, seja claramente especificado o enquadramento da participação, nomeadamente se o convite se destina à presença enquanto público ou se implica uma intervenção ativa. Referiu ainda a importância de serem prestadas informações adicionais relevantes, tais como a existência de almoço ou jantar e a identificação dos participantes previstos.

Salientou, igualmente, a necessidade de os membros da Assembleia Municipal estarem presentes nos eventos, devendo, para o efeito, serem devidamente notificados.

Acrescenta que, sempre que se pretenda a presença institucional, faz sentido que os representantes estejam devidamente identificados enquanto tal, de modo a poderem intervir em conformidade.

Por fim, considerou que deve haver maior cuidado no contacto estabelecido com a Assembleia Municipal, pois quer-se uma Mesa da Assembleia presente, sejam Presidentes de Junta, sejam dos Membros da Assembleia diretamente eleitos. Para tal, devem ser feitos convites adequados e diferenciados, não devendo estes ser generalizados ou idênticos aos dirigidos a associações. Deixando a sugestão que, à semelhança do que foi dito pelo Membro António Carção, pode ser feito por e-mail e deixar-se a nota no corpo de texto das especificações do convite.

Terminadas as informações que lhe eram devidas, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra aos Membros do Órgão Executivo para esclarecerem as questões colocadas pelos Membros deste Órgão Deliberativo.

A Presidente da Câmara Municipal cumprimentou os presentes e, seguidamente, esclareceu as questões levantadas pelos Membros da Assembleia Municipal.



Em resposta à questão colocada pelo Membro Bruno Torrado, esclareceu que o Dr. Valdemar Gonçalves, que é o cônsul honorário do Reino da Tailândia no Porto, é uma pessoa do distrito de Bragança, que estudou com pessoas de Miranda do Douro e com a qual tem alguma proximidade por essa circunstância e recebeu o convite para estar presente na inauguração do consulado. Respondeu positivamente como na maioria dos convites que lhe chegam.

Nesse momento, foi apenas e só para a inauguração do consulado, o que não invalida oportunidades futuras. A Presidente da Câmara Municipal ressaltou que o percurso que tem feito, no âmbito de tomadas de posse, visitas e inaugurações, fá-lo com muita honra e dignidade, por ser dessa forma que sente o exercício do cargo de Presidente da Câmara e a representação de todos os municípios.

Relativamente à questão da reunião com os dez municípios que estão abrangidos no negócio da venda das barragens, esclareceu que foi uma reunião fechada e seguiu-se uma pequena conferência de imprensa.

No que diz respeito à questão da tomada de posse dos elementos da Estrutura de Missão para a Promoção da Língua Mirandesa, esclareceu que a data de 2 de fevereiro, às 14h30, foi agendada no dia 30 de janeiro a pedido do Secretário de Estado da Cultura. Sendo que no dia 1 de fevereiro às 19:30, o Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado contactou o Município no sentido de alterar o horário para as 11h00. Esta situação gerou alguns constrangimentos ao Município, pelo que tiveram que ser contactadas muitas pessoas, outras não conseguiram contactar. Seguiu-se um almoço rápido, uma vez que o Senhor Secretário de Estado tinha um compromisso nos Emirados Árabes Unidos, e foi no mesmo voo dos Pauliteiros de Duas Igrejas. Aproveitou para dar nota do *feedback* muito positivo relativamente à participação dos Pauliteiros de Duas Igrejas, deixando o seu agradecimento pela forma honrosa como representaram Miranda do Douro.

Em relação ao ecrã tátil, informou que faz parte das intervenções no âmbito do projeto dos Bairros Digitais, "*La Nubre an Miranda*". O Município é parceiro desse projeto, mas quem está a liderar é a Associação Comercial e Industrial de Miranda do Douro (ACIMD), pelo que lhes será comunicado.

Relativamente à intervenção do Membro António Santos, no que diz respeito ao projeto "Escolas à Descoberta de Abril", referiu que o Município de Miranda, desde o primeiro momento, se disponibilizou para apoiar a concretização deste projeto na escola e felicitou por decorar na Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro.

Prosseguiu agradecendo, também, à Escola, na pessoa do Professor António, pela forma como se organizaram no apoio à recolha de bens para apoio às vítimas da tempestade, aos Bombeiros Voluntários de Miranda e de Sendim, ao Coordenador da Proteção Civil, que foram essenciais no desencadear deste



processo. Estendeu o agradecimento, também, às empresas privadas que se associaram, assim como à delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Miranda do Douro.

No que concerne à questão levantada em relação ao licenciamento para o telhado é uma questão que lhe causa incómodo e que vai ser avaliada.

No que diz respeito à questão levantada sobre o diagnóstico ou o perfil dos turistas, a Presidente da Câmara Municipal referiu que o mesmo tem sido feito no posto turismo, e é de todo pertinente aprofundar esta questão conforme sugerido pelos Membros António Santos e Emanuel Bernardo, agradecendo as suas contribuições.

Relativamente à Feira dos Sabores Mirandeses, informou que o Município tem um aparelho para contabilizar as entradas no evento e foram registadas 14.930 entradas, um número um pouco abaixo da última edição. Uma das causas desta descida poderá estar relacionada com o facto da zona centro do país ter sido muito fustigada pelas tempestades e esta Feira era muito visitada por turistas desta zona. Inclusive um dos expositores, dessa zona, referiu-lhe que o telhado da sua habitação tinha acabado de ser repostado e que a sua participação nesta Feira era de todo importante e depois obteve o *feedback* que a Feira lhe tinha corrido muito bem.

Acrescentou que, do que conseguiram aferir junto dos expositores de Miranda do Douro, também deram um *feedback* que lhes correu muito bem. No momento do encerramento da Feira, muitos dos expositores de fora do concelho questionaram quando é que abriam as inscrições para a Feira da Bola Doce, o que também dá um retorno de que de facto a Feira consegue mobilizar muita gente, consegue angariar cada vez mais expositores de fora do concelho e fora do espetro do planalto mirandês. E, quando se abriu a Feira para fora do espetro do planalto mirandês, esta efetivamente cresceu, ao qual também se associam os momentos musicais de alguma grandeza. Considera que é um investimento que o Executivo Municipal faz e, se os presentes fossem Executivo Municipal, também o fariam porque há essa necessidade. Saliu que, apesar de nem todos os processos decorrerem sem falhas, existe um trabalho de grande dedicação. No presente ano são reconhecidas por todas as dificuldades de montagem da tenda, houve um momento em que tiveram de optar de pôr uma segunda carpa ou concluir o piso e optaram pela conclusão do piso.

Concluindo, o balanço da Feira é muito positivo. Mas é importante que percebam que, muitas vezes, falam com os expositores, principalmente com os de Miranda do Douro, para terem noção valores das vendas concretizadas na Feira e há sempre resistência, o que é compreensível.

Solidarizou-se, igualmente, com a saudação pela eleição do novo Presidente da República.



Reforçou que, na sequência da intervenção do Membro António Carção sobre a Estrutura de Missão para a Promoção da Língua Mirandesa, o único papel que o Município, após todo o trabalho desenvolvido para a Estrutura de Missão tomar posse, um trabalho de dois anos, se circunscreve à celebração do protocolo de comodato para a cedência das instalações destinadas à sua instalação - a Casa dos Magistrados. Referiu, ainda, que a Casa vai ser equipada pelo GEPAC - Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais, encontrando-se, neste momento, a diligenciar a ligação do gás natural.

Relativamente ao protocolo dos eventos, referiu que se tem apercebido de algumas falhas e estão a trabalhar no sentido de melhorar.

Em resposta ao Membro Alfredo Eduardo, referiu que gostariam de ter feito mais em relação aos projetos, mas, neste momento, não têm capacidade financeira e humana para ir mais além.

No que diz respeito aos terrenos da Zona Industrial, informou que foram contactados por uma empresa que se pretende instalar no concelho e estão a avaliar o que poderão fazer e alavancar o território a partir desses terrenos.

Relativamente à tradução do Tintim para a Língua Mirandesa, tradução feita pelo Senhor Alcides Meirinhos, informou que na próxima semana vai ser feito o lançamento no Panteão Nacional, sendo que foi o Diretor do Panteão Nacional que fez o convite. Ressalvou que, uma vez mais, irá representar Miranda do Douro, desta vez a Lisboa, efetuando a viagem de ida e volta no mesmo dia, de modo a não implicar encargos para o Município. Acrescentou, ainda, que, quando se desloca ao Porto, pernoita e toma as refeições em casa de familiares.

Relativamente ao acidente ocorrido e já referido pelo Membro Mário João Vaz, a Presidente da Câmara Municipal deixou o apreço ao trabalho desenvolvido pelo coordenador da Proteção Civil, que desencadeou todo o trabalho a seguir desenvolvido pelas entidades envolvidas.

Terminou agradecendo as contribuições de todos os Membros da Assembleia Municipal, que serão sempre tomadas em linha de conta.

Seguidamente, tomou a palavra o **Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Nuno Rodrigues**, que cumprimentou os presentes e respondeu às questões colocadas.

Em primeiro lugar, e relativamente à questão colocada pelo Membro António Santos, referiu que vão averiguar o que se passou para poderem dar uma resposta.

Em relação ao Festival dos Sabores Mirandeses, considera que já foi tudo explanado.

No que diz respeito ao número de visitantes em Miranda do Douro ser reduzido, também considera que sim, apontando que o que falta em Miranda do Douro realmente são pessoas. Inclusive nas áreas da saúde e da



educação, frequentemente apontadas como fragilidades. Depois, expressou a opinião de que estas são excelentes, sendo o concelho, possivelmente, um dos mais bem servidos do distrito de Bragança. Salientou ainda que esta realidade depende sobretudo das políticas governamentais e da fixação de pessoas no território, cabendo à Câmara Municipal um papel de apoio.

Em resposta à intervenção do Membro Bruno Torrado, afirmou que, sim, “*Miranda está em boas mãos*” e revelou pena que as pessoas falem as coisas com uma certa leviandade e não sejam sérias.

Em relação à Cooperativa Agrícola Ribadouro reforçou que esta é dos sócios. Além da promoção que o Presidente da União de Freguesia de Sendim e Atenor mencionou, este Órgão Executivo apoiou a Cooperativa com dois protocolos financeiros. Afirmou que estão preocupados com os vinicultores, com os agricultores, com a pecuária, com tudo o que diga respeito ao concelho. No entanto, referiu que a Câmara Municipal não pode intervir na gestão de uma entidade que não lhe pertence, manifestando igualmente a sua discordância quanto à possibilidade de o Município assumir o pagamento das dívidas da Cooperativa ou proceder à sua aquisição. Contudo, sempre que são solicitados apoiam no que é necessário, não só à Cooperativa Agrícola Ribadouro, mas também a outras Cooperativas dando como exemplo a de Palaçoulo. Reforçou que é isto, e muito mais, que este Executivo Municipal faz para que Miranda do Douro esteja em boas mãos, não só ao som das gaitas de foles, mas também ao ritmo dos agricultores, dos comerciantes, dos professores, dos alunos, ao toque de tudo o que fizer sentido para Miranda do Douro, sem recorrer a exhibições desnecessárias.

Aproveitando para responder à Membro Carolina Mesquita informou que relativamente aos terrenos de Duas Igrejas está pensado atrair investimento para uma indústria.

Solidarizou-se com a homenagem ao senhor Manuel António dos Santos André da Tipalto que muito fez por este concelho.

Em relação à Nacional 201, informou que falaram com as Infraestruturas de Portugal e foi-lhes transmitido que foi uma adjudicação e que só podiam fazer até ao referido ponto e quando tivessem o restante fariam a parte até Mogadouro. Considera que deviam ter feito a sinalização até ao final do concelho, mas as Infraestruturas de Portugal disseram que não era possível porque não tinham financiamento para tal.

Em resposta ao Membro Alfredo Eduardo Alves, referiu que, dos três milhões e trezentos mil euros, é quase tudo investimento privados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Informou que o Município fez mais três candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência PRR, primeiro direito 5 milhões, as candidaturas exigem projetos e estão feitos, sendo que o problema é que o Governo não diz para avançar com as obras e não podem avançar com a obra sem saber se têm o financiamento. Os projetos que estão



elaborados são dezassete casas na Terronha; seis na rua da Costanilha; seis da Santa Casa da Misericórdia e doze beneficiários diretos. Informou, também, que têm elaborado o Projeto da Escola de Sendim, onde estão investidos cerca de trezentos mil euros, acrescentou que tudo isto foi conseguido em dois anos e pouco.

Em relação à agricultura e regadio, também abordados pelo Membro Alfredo Eduardo, referiu que este Executivo Municipal tomou posse pela primeira vez em 2021 e que as candidaturas para os regadios das aldeias de Constantim, São Martinho de Angueira e São Pedro da Silva não tinham sido inscritos, impossibilitando a sua candidatura. Ainda assim, não se limitaram a essa situação. Deslocaram-se a Mirandela, à então Direção Regional da Agricultura, onde existia um projeto, o regadio do Rio Fresno que fizeram e melhoraram e esse projeto, com um custo de trinta e quatro milhões de euros para realizar. No entanto, a CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal de Trás os Montes) quis fazer um estudo para um regadio para o Planalto Mirandês com um custo de cinquenta e quatro milhões de euros e o estudo está concluído. Sublinhou, por fim, que este não é um investimento que Miranda do Douro possa realizar isoladamente, tendo de ser concretizado em parceria.

Em relação às intervenções nas ETAR, informou que o Município vai remodelar nove ETAR e fazer uma ETAR nova em Atenor porque é a única aldeia do concelho que não dispõe de uma ETAR, ainda é fossa séptica.

Informou, igualmente, que vão ser remodeladas as ETAR de Palaçoulo, São Pedro da Silva, Fonte Ladrão, Granja, Freixiosa, Ifanes, Atenor e Constantim, uma vez que são as que estão mais danificadas. Será um investimento de cerca de quinhentos mil euros, que não estava previsto, mas a Câmara Municipal fez a proposta.

Também enalteceu a eleição do Presidente da Assembleia da República.

No que concerne à Estrutura de Missão para a Promoção da Língua Mirandesa, salientou que a mesma é da exclusiva responsabilidade do Governo, sendo que o Município tem prestado a colaboração necessária, e cedeu as instalações.

Em relação ao Protocolo também considera que há aspetos a melhorar.

Associou-se à felicitação efetuada pelo Membro Mário João Vaz quer ao Senhor Alcides Meirinhos, quer a todos os profissionais envolvidos na resposta ao acidente e desejou as melhoras e a recuperação dos feridos envolvidos.

Em relação à Moção, considerou que é importante também para Miranda do Douro. Apesar de não se verificar tanto a presença de javalis, verifica-se a presença dos lobos com os consequentes ataques aos



animais, pelo que considera que se devem preocupar com os prejuízos que os lobos tenham causado aos agricultores, concluindo que é necessário unir esforços para que todos coexistam.

O **Vereador Vítor Bernardo** cumprimentou os presentes, e, em resposta ao Membro António Santos, informou que, relativamente à situação do requerimento que tinha falado anteriormente, entrou nos serviços anteontem e foi despachado no dia de hoje.

O **Membro António Santos** reforçou que a informação que lhe foi transmitida pelos serviços foi que teria de aguardar quinze dias pela licença.

O **Vereador Vítor Bernardo** explicou que é o que o artigo 48º do Regime Municipal de Edificação refere, pois a Câmara Municipal tem quinze dias para tomar essa decisão, mas não quer dizer que demore os quinze dias a dar a resposta e devia ter sido isso esclarecido ao Membro António Santos.

Seguidamente, dirigindo-se ao Membro Alfredo Eduardo, e em relação ao Plano de Ação Climática, referiu que há municípios que fazem a monitorização, mas são municípios com recursos financeiros fora do comum. Os dados apresentados no Plano de Ação Climática são dados com número feitos por estimativa, em comparação com o nacional, por amostragem e por comparação, porque o concelho de Miranda do Douro não tem dados. Nenhum concelho do interior, de Vinhais a Alcoutim, tem monitorização climática.

Acrescenta que a questão que se coloca aqui até é política. A lei do financiamento das autarquias locais vai ser revista porque foi elaborada na altura da "Troika" e a fórmula de repartição dos montantes é de difícil compreensão. Neste Plano de Ação Climática diz que Portugal comprometeu-se na Lei de Base do Clima até 2050 a reduzir em 90% a emissão de GEE (Gases com Efeito de Estufa). O concelho de Miranda do Douro, conforme o relatório apresentado, emite 48 kilotoneladas de carbono e sequestra na parte mais pessimista 688, ou seja, da emissão ao sequestro apresenta um superavit de 1.500%. Considera que é na lei do financiamento das autarquias locais que este assunto deve ser tratado, em vez de o ser no Fundo Ambiental, como é feito neste momento. O Executivo Municipal considera que na próxima revisão do financiamento das autarquias locais isto deve ser levado em consideração.

Relativamente ao CITV (Centro de Inspeção Técnica de Veículos), esclareceu que o concelho de Miranda do Douro teve um alvará atribuído pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres (IMT) em 2014 e até 2026 passaram doze anos e não há centro. O concurso em questão foi aberto em dezoito de agosto de 2024 e foi graduada uma empresa (esclareceu que o Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres (IMT) faz uma lista, não tem nada a ver com a Câmara Municipal, é tudo governamental, é do regulador e dos privados), mas foi a Câmara de Miranda do Douro que pediu e insistiu para que a abertura fosse feita porque não existe CITV (Centro de Inspeção Técnica de Veículos) em Miranda do Douro. Neste momento, há um



processo no Tribunal Administrativo e Fiscal de Miranda, que entrou a treze de fevereiro, em que uma das empresas que foi preterida intentou uma ação de processo contencioso pré-contratual. E a Câmara de Miranda do Douro não controla nada porque não é parte no processo. É necessário aguardar decisão do Tribunal.

Em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) das barragens, informou que o Tribunal Administrativo e Financeiro de Mirandela proferiu três decisões até hoje (Miranda, Picote e Bemposta) em que julgou totalmente improcedentes as impugnações da Movhera (que é a concessionária das três barragens). A Movhera impugnava duas coisas: o Valor Patrimonial Tributário (o método como foi avaliado, o método do custo) e a inscrição das barragens na matriz dizendo basicamente que não são prédios, que são bens do domínio público e os bens do domínio público não entram no comércio jurídico e não são passíveis de Imposto Municipal de Imóveis (IMI). Inclusive, nas alegações dizem que a metade da barragem está em território espanhol, mas esse argumento não colheu frutos, por causa das convenções ibéricas.

O Juiz que proferiu estas decisões, em 2017 proferiu uma decisão diametralmente oposta em relação à barragem de Bemposta, disse que era um bem de domínio público. O mesmo Juiz que agora disse (referindo-se à de Bemposta porque foi esse Juiz que deu as duas decisões) e disse isso por uma razão simples, na altura a AT veio ao processo dizer " *afinal nós enganámo-nos, as barragens são bens do domínio público não pagam IMI*". Também informou que, por causa disso, há um processo-crime a correr no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) em que já foi ouvido, em que está em causa o porquê do apagão das matrizes das barragens que foi feito em 2016-2017 depois de uma reunião da AT com a EDP (que era a única concessionária na altura que havia).

A Câmara de Miranda do Douro assinou a denúncia, mais precisamente a Presidente da Câmara Municipal, Vice-Presidente e o Vereador Vítor Bernardo e este comprometeu-se a prestar depoimento.

Ainda em relação ao Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), informou, também, que já há um recurso para o Tribunal Central Administrativo do Norte em relação à barragem de Picote, ao qual é necessário responder até dia quinze de março. Na sua opinião pessoal, vão recorrer até ao Tribunal de Justiça da União Europeia, até onde puderem.

Em relação ao Seguro de Saúde Municipal, informou que vai chamar-se Plano de Saúde Municipal porque não vão entrar seguradoras. Havia a dúvida se, numa questão de Saúde, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões permitia que as seguradoras não entrassem num concurso público dirigido a todo o mercado que seja a Entidade Reguladora de Saúde a regulá-los e que tenham instituições de saúde a prestar o serviço.



O Município vai fazer um programa do procedimento e um caderno de encargos e vão fazer uma consulta preliminar para fixar um preço base. Esclareceu que não vai ser pelos inscritos, vai ser pelos atos praticados, pelas consultas, pelos exames. Se não fizerem nenhum ato num mês, o Município não paga nada.

Informou, também, que foi necessário contratar uma equipa de juristas para fazer o programa do procedimento.

Em fevereiro de 2025, o Tribunal de Contas proferiu uma decisão, em primeira instância, que dizia que a despesa era ilegal, que as Câmaras Municipais não tinham competência para fazer este tipo de despesa nos termos da Lei n.º 73/2013. Em setembro de 2025, há um acórdão do Pleno do Tribunal de Contas a dizer que a despesa é legal, a Câmara Municipal tem competência para fazer isto, só peca pela forma (referindo-se ao processo de Idanha), tem de ser a Assembleia Municipal a aprovar esse tipo de despesa. Foi o que fez a Câmara Municipal de Miranda do Douro em 2023, submeteu a despesa a apreciação e deliberação da Assembleia Municipal e irá fazê-lo novamente.

Continuou informando sobre as novidades sobre os impostos dos negócios da venda das barragens. É sua convicção que a EDP vai recorrer até à última instância, sendo que o Presidente da EDP referiu ontem, na apresentação de contas, que não fazia provisionamento de impostos porque tem a certeza que não há pagamentos a fazer no negócio das barragens.

Informou que decorreu, no dia anterior, uma reunião com seis municípios para se prepararem para contestar/reclamar quando vierem as liquidações, porque vão ter três meses para o fazer e num processo desta natureza é pouco tempo. Referiu que estão a encetar esforços para que as Câmaras Municipais entrem como contrainteressadas nos processos, como aconteceu com o IMI. Em 2016 e 2017, como isso não aconteceu, a AT disse que eram de domínio público, inclusive a Diretora Geral a vinte e seis de janeiro, disse na altura que foi o gabinete do membro do Governo que estava em funções na altura que lhe disse que eram bens de domínio público. A Câmara Municipal já a questionou, nos termos do artigo 6º da Lei do acesso aos documentos administrativos, quem era o membro do governo que disse isso, mas não respondeu e vão intentar uma ação para intimação para prestação de informações.

Informou, também, que os dez Municípios pediram uma reunião com a Autoridade Tributária (AT) e está agendada para o dia quatro de março. Estes dez Municípios são os que estão abrangidos pelo artigo 134 da Lei do Orçamento de Estado de 2021. Nesta situação, a grande questão é saber se o artigo caducou ou não. Há leis que transitam de um orçamento para outro, mas pessoalmente tem dúvida de que esteja em vigor. O IMT é líquido que é imposto municipal e esse não está em questão, é das Câmaras Municipais, estão



a falar de cerca de dezasseis milhões de euros. As dez Câmara Municipais vão se unir porque estão a falar de receitas de cerca de duzentos milhões de euros.

Terminado o período de esclarecimento, o **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou os Membros da Assembleia que o período antes da ordem do dia, seguindo o que está estipulado no Regimento da Assembleia Municipal, devia ter apenas uma hora, pelo que apela ao esforço de síntese. Deixou a reflexão de que tem vindo a observar que a Assembleia Municipal se detém muito tempo em assuntos introduzidos pelos Membros no período antes da ordem do dia, o que acaba por desvirtuar a ordem de trabalhos definida na convocatória. Referiu que, conseqüentemente, se chega à discussão dos pontos da Ordem do Dia já com o tempo avançado, levando a que estes temas sejam abordados de forma apressada, o que não deve acontecer. Salientou, por isso, que a convocatória é efetuada com oito dias de antecedência, permitindo aos Membros terem até cinco dias antes da data da reunião para apresentarem e sugerirem pontos adicionais à ordem de trabalhos. Deu como exemplo que, caso os Membros entendam que o tema das Barragens deve ser incluído na Ordem do Dia, poderão propor à Mesa a sua introdução, evitando assim constrangimentos de tempo durante a reunião.

Posteriormente, o Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para a segunda volta de intervenções dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se inscrito os seguintes Membros: Alfredo Eduardo Argulho Alves; Bruno Filipe Lourenço Torrado; Mário João Ferreira Vaz; Emanuel Pinto Bernardo; António Augusto Castro Carção e António Manuel Marques dos Santos.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves**, perante as dificuldades que notou que a Mesa tem em chamar-lhe pelo nome, agradece que o tratem por Alfredo Eduardo porque já está aposentado da sua profissão de enfermeiro, mas além de ser enfermeiro esteve 24 anos como Gestor. De seguida, referiu que, quando intervém, o faz de forma positiva, não estando na Assembleia Municipal para atacar o que quer que seja.

Esclareceu ainda, que quando falou que poderiam ter ido mais longe, reconhecia que a Câmara Municipal tem limitações em termos de recursos humanos, considerando, contudo, que teria sido possível criar um gabinete ao lado ou contratar serviços com vista à preparação de candidaturas a fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no entanto, agora já não se pode fazê-lo.

Seguidamente, esclareceu que, quando se referiu ao Plano de Ação Climática, afirmou que se tivesse que em 2050 ter uma neutralidade carbónica poderia vir aí a possibilidade dos Municípios que têm um *superavit* venderem o sequestro de carbono. Considera, por isso, importante avaliar o que poderá ser melhorado no futuro. E quando falou que se podia ter contratado, no âmbito do PRR, grupos de geógrafos, botânicos, engenheiros agrónomos para fazer esse estudo, havia possibilidade de fazer gabinetes desse género.



Acrescentou, ainda, que esse gabinete poderia ser utilizado para fazer uma agricultura diferente no concelho. Esclareceu que não falou de regadio neste contexto. Contudo, esteve recentemente numa reunião onde defendeu uma mobilidade diferente para o distrito e a necessidade do regadio, mas isso foi noutra âmbito. Concluiu reiterando que a criação de um gabinete destinado ao estudo da retenção de carbono pelas árvores velhas poderia, simultaneamente, permitir o aproveitamento desses recursos técnicos para prestar apoio ao desenvolvimento de uma nova agricultura no concelho.

O **Membro Bruno Torrado** solicitou ao Executivo Municipal que esclarecesse a questão que tinha colocado anteriormente sobre a promessa que tinha no programa eleitoral de criar uma unidade hospitalar privada com cuidados continuados.

Seguidamente, esclareceu que, sobre os convites para eventos aos Membros da Assembleia Municipal, deu a título de exemplo a conferência de imprensa e a apresentação da Estrutura de Missão, não falou da reunião acontecida no dia anterior, apenas usou estes eventos como título de exemplo.

Sobre a visita ao Consulado, dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal, referiu que não a segue pessoalmente nas redes sociais. Viu uma publicação no Facebook do Município. Acrescentou que nada tem a ver com a vida particular da Presidente da Câmara Municipal. Reforçou que não colocou nenhuma questão a título pessoal à Presidente da Câmara Municipal, a vida pessoal tem que ser respeitada, apenas fez uma questão política. Posteriormente, viu uma publicação de um outro Município que também visitou, mas de uma forma diferente, foram tentar captar investimento, apresentar produtos da terra, pedir para que uma delegação de uma outra embaixada viesse ao seu território, era nesse sentido que gostaria que tivesse sido feita.

A propósito da Cooperativa Ribadouro, acrescentou que o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, o Vice-Presidente e o Membro António Carção não entenderam a sua intervenção. Esclareceu que não falou em dinheiro, não pediu para intervirem com dinheiro e o facto de nunca terem colocado isto em discussão e existir uma admiração, considera que mais valia tarde do que nunca. E em particular, refere que em 1994, aquando o Membro António Carção referiu as situações dos panfletos, ele tinha um ano. Sendo um habitante de Miranda do Douro, não sendo sócio da Cooperativa, mas ao verificar notícias de que a Cooperativa está à venda, revelou preocupação e trouxe o assunto à Assembleia Municipal de boa fé.

É verdade que este Executivo Municipal prometeu revitalizar as cooperativas e estavam bem plasmados esses objetivos nos seus cartazes. Questionou se existe a possibilidade de o Município intervir, mediar. Reforçou que não falou com dinheiro, inclusive afirmou não fazer referência a protocolos financeiros, à Câmara Municipal pagar dívidas. Referiu que, da mesma forma que o Município, e muito bem, teve a



capacidade e a ousadia de ir buscar um investimento exterior privado (Hotel Vila Galé), por que não agora ir buscar um investidor privado e tentar mediar essa situação. Foi nesse sentido a sua intervenção, reforçou que não falou mal da atual direção, nem de direções anteriores. Aquilo que disse foi que o Município deve colocar este problema na agenda, deve tentar mediar, ajudar e lutar para que a Cooperativa possa ter um futuro melhor. Considera que é importante colocar a Cooperativa no centro do debate político. E questionou se deixa de ser um assunto porque o Partido Socialista nunca o falou antes, ou porque é novo, ou porque não é sócio. É uma empresa relevante para o concelho de Miranda do Douro e deve ser discutido. Afirmou que o diz com muita seriedade, pelo que o Vice-Presidente da Câmara Municipal não o deve acusar de não ser sério. Reforçou que não questionou a seriedade do Vice-Presidente da Câmara Municipal para que ele colocar a sua em causa.

O **Membro Mário Vaz** referiu que não pode deixar de não concordar com o Vice-Presidente da Câmara Municipal quando diz que o concelho de Miranda do Douro é o que se encontra melhor em termos de saúde e educação no distrito de Bragança. Se assim for, considera que têm perspetivas diferentes em relação àquilo que podem melhorar ou não, tanto na saúde como na educação. Parabenizou o Executivo Municipal por alterar a forma de gerir o plano de saúde, considera que esta atitude de pagamento por ato será uma atitude mais inteligente e economicamente mais viável. Contudo, poderá não ter um custo inferior. Mas, se assim for, será em benefício da população.

O **Membro Emanuel Bernardo** questionou o Vice-Presidente da Câmara Municipal se, em relação às ETARs, já há alguma previsão para início de obras e quais são os prazos.

De seguida, deixou uma nota, referindo que não faz sentido criar casos políticos onde tal não se justifica. Salientou que considera que todos estão de acordo com a extrema importância da Estrutura de Missão para a Promoção da Língua Mirandesa e manifestou solidariedade com o Membro António Carção quando defendeu, e bem, a necessidade de começar a exercer pressão para que a Estrutura de Missão seja renovada. São conhecidas as dificuldades e que o peso político em questões governativas é, por vezes, reduzido, sobretudo no caso de municípios com menor população, pelo que é necessário começar desde já a pensar no futuro.

Referiu ainda que todos esperam que a Língua Mirandesa seja promovida, mas quis também deixar a nota que esta Estrutura de Missão que foi nomeada pelo atual Governo tem uma dotação orçamental que resulta de uma proposta do Bloco de Esquerda, com os votos contra do PSD e do CDS e abstenção do Chega na Assembleia da República.



O **Membro António Carção**, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, manifestou o seu apoio à Presidente da Câmara Municipal, entendendo que, sempre que seja convidada, deverá representar Miranda do Douro e o respetivo concelho, por considerar tratar-se de uma forma de promoção do território, configurando um ato de boa educação.

Em relação à Cooperativa Ribadouro, referiu que considera que todos são sérios, mas notou-se alguma superioridade moral de falar de um assunto que só os sendineses o sentem na pele. E afirmou que esta direção foi a única que falou a verdade. E tem muitas pessoas a quererem ajudar, desde o Vice-Presidente da Câmara Municipal, o Executivo Municipal, a outros. Mas reconheceu que é muito difícil fazê-lo.

O **Membro António Santos** associou-se ao Membro António Carção em relação à eleição do Presidente da República e concorda, também, com o que foi dito a propósito do Protocolo. Referiu que quando falou do exemplo das obras, foi no sentido de se simplificar estas pequenas intervenções.

Relativamente à Estrutura de Missão, considera que o que se passa nas redes sociais não é política, é inveja e maledicência. Critica-se os valores para a Estrutura de Missão, mas questiona se a Estrutura de Missão para a promoção da Língua Mirandesa devia ganhar menos que outras Estruturas que existem no país. Isso seria desvalorizar a Língua Mirandesa. São questões nacionais, teve o seu processo e deseja que a Estrutura de Missão tenha os maiores sucessos.

Em relação ao Plano de Seguro de Saúde, referiu que o que foi explicado na Assembleia Municipal decorrida efetivamente não é um seguro de saúde, é um pagamento por atos praticados, o que lhe parece de facto a melhor solução. Manifestou, ainda, a abertura para, no futuro, poderem vir a aprovar o orçamento de forma conjunta.

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Executivo Municipal para esclarecer as questões levantadas na segunda fase de intervenções.

A **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, em relação à unidade hospitalar privada, é algo que estão em negociações e, para já, têm um parceiro, a Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro, mas desejam angariar outro parceiro, uma unidade hospitalar, e por isso estão em negociações.

Relativamente à norma que previa no Orçamento de Estado a dotação orçamental para a Estrutura de Missão que foi retirada, foi lhes transmitido que é uma das normas conhecida como cavaleiras e que estão previstas no orçamento de estado vários anos e que depois ficam sem eficácia e têm que ser retiradas, e foi o que aconteceu. Enalteceu o papel do Senhor Deputado Rui Tavares pelo seu comprometimento.

Acrescentou que concorda com o Membro António Santos, há muito ruído, a inveja é uma atitude que se tem proliferado muito nestes últimos anos nas redes sociais.



O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, em resposta ao Membro Bruno Torrado, reafirmou que estão todos preocupados com a Cooperativa, têm procurado investidores, estão investidores a negociar com a Caixa Agrícola para chegar a acordo para que a Cooperativa se mantenha, se não for em Cooperativa, em privado. Deixou, ainda, a garantia de que, caso a Cooperativa não se mantenha, haverá uma nova adega em Sendim. Referiu que não gosta de falar antes que as coisas aconteçam, gosta mais quando a coisa acontece de o afirmar. É a isso que fala quando se referiu à falta de seriedade, só isso e mais nada. Revelou tristeza porque tudo fizeram para que a Cooperativa não chegasse ao estado a que chegou. Reconhecem que a vinha é um forte potencial de investimento no concelho de Miranda do Douro e querem que continue a ser, não só a vinha velha, mas também a vinha nova.

Em relação à intervenção do Membro Mário João, o **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que quando falou na saúde, referiu-se ao facto de Miranda do Douro ter uma unidade de saúde familiar com quatro médicos e mais um quinto médico no Serviço de Atendimento Complementar, questionando se os outros concelhos têm essas condições. Admitiu que falta a complementaridade dos exames, mas tendo o apoio primário, isso já é fundamental.

Refutou as afirmações que dizem que as pessoas não vêm para Miranda do Douro porque não têm acesso à saúde ou educação. Sendo que os alunos da Escola de Miranda do Douro, quando vão fazer exames externos, são sempre os melhores ou dos melhores, o que é de valorizar. Há pontos a melhorar, mas é para isso que trabalham diariamente.

Em relação às obras das ETAR, esclareceu que a candidatura foi elaborada, aprovada e vão lançar a obra. Estava em falta o estudo da eficiência energética dos painéis solares, mas a obra já vai ser lançada.

O **Vereador Vítor Bernardo**, em resposta ao Membro Emanuel Bernardo, disse que na política a história é como acaba e nunca como começa. O Senhor Deputado Rui Tavares começou num orçamento de estado, que foi aprovado por todos com 100 mil euros, era um governo socialista e não foi executado nada, independentemente do PSD ter votado a favor ou contra, foram eles que fizeram a resolução do conselho de ministros em março e que instalaram a Estrutura de Missão agora.

O **Vice-Presidente** acrescentou, em relação a este assunto, que esses 500 mil euros entraram nas normas cavaleiras, que tem possibilidade que sejam feitas outras candidaturas pela Estrutura de Missão.

Ultimadas as intervenções dos Membros inscritos, assim como as intervenções dos Membros do Órgão Executivo, que esclareceram as questões colocadas pelos Membros deste Órgão Deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrado o período antes da ordem do dia, duas horas e meia após o início, e abriu o período da ordem do dia. Acrescentou uma nota de agrado, considerando que, pela primeira



vez naquele mandato, se encontravam presentes os vinte e oito membros da Assembleia Municipal (sem substituições ou ausências).

2. Período da ordem do dia:

2.1 Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, como proposto pela Unidade de Apoio Jurídico, do Contencioso e Fiscalização – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** começou por esclarecer os Membros presentes sobre a alteração proposta ao Regimento da Assembleia Municipal.

Esclareceu que, como tinham acordado na última Assembleia Municipal, foi aprovado o regimento que seguiu para a Unidade de Apoio Jurídico, do Contencioso e Fiscalização para fazer uma análise extensiva do mesmo. A alteração que foi proposta seguiu assinalada para todos os Membros, a qual consubstanciou uma mudança de paradigma no que respeita aos direitos dos eleitos locais, ou seja, a comissão que preparou este regimento entendia que, enquanto eleitos locais, não seria possível oporem-se à gravação de áudio e vídeo durante o decurso das Assembleias Municipais. Contudo, a Unidade de Apoio Jurídica veio esclarecer que, independentemente desse entendimento, as Assembleias Municipais não necessitam de uma gravação para ocorrerem. Por isso, o eleito local pode opor-se a essa gravação. Nessa conformidade, passou a ser necessário prever um anexo que espelhe essa sua autorização para a gravação de áudio e vídeo nas sessões da Assembleia Municipal.

Por fim, referiu que esta constituiu a principal alteração, a qual implicou a modificação dos anexos, bem como dos pontos 65 a 71.

Em seguida, abriu inscrições para os Membros interessados a intervir e, não se verificando nenhuma inscrição, submeteu o assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, nos exatos e precisos termos propostos pela Unidade de Apoio Jurídico, do Contencioso e Fiscalização.

2.2 Minuta do contrato de comodato a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã de Braciosa, tendo por objeto a cedência da “Antiga Escola Primária de Fonte de Aldeia” – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal para se pronunciar acerca deste assunto.

A **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que este é um dos protocolos que têm celebrado de cedência das escolas primárias, neste caso é a de Fonte Aldeia para o usufruto da Freguesia de Vila Chã da Braciosa.



Em seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** interpelou os Membros que integram este Órgão Deliberativo se pretendiam manifestar-se quanto a este assunto.

Não se tendo manifestado nenhum dos Membros presentes, o assunto foi submetido a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato de comodato a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, tendo por objeto a cedência da “*Antiga Escola Primária de Fonte de Aldeia*”, nos exatos e precisos que nela constam, cujo teor se dá aqui por integralmente transcrito.

O Membro Emanuel Pinto Bernardo não estava presente na votação deste ponto, por se encontrar ausente da sala de reuniões.

2.3 Minuta de “Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira” no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2023, de 12 de setembro, com as posteriores alterações – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que desejassem intervir o fizessem, tendo-se inscrito os seguintes Membros: António Augusto Castro Carção; Lísis Fernandes Gonçalves; António Manuel Marques dos Santos; Alfredo Eduardo Argulho Alves e Edite Dias Lopes.

O **Membro António Carção** reconheceu que todos são livres e, salvaguardando a liberdade de opção de cada Membro e de cada Presidente de Junta de Freguesia, e não querendo de forma alguma fazer qualquer discriminação, pareceu-lhe surpreendente que o primeiro protocolo a ser assinado com juntas de freguesia ser de um presidente de junta de freguesia que se absteve no orçamento, felicitando o Executivo Municipal pela imparcialidade.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, Lísis Gonçalves**, cumprimentou os presentes e informou que este protocolo financeiro vem do orçamento anterior de 2025. Não representa um protocolo do orçamento que foi votado em dezembro. Esclareceu que o valor solicitado não vem de acordo com aquilo que é aprovado, mas sim das regras das transferências de competências que já falaram todos em reunião de presidentes de junta no início da corrente semana. Mas gostava que tomassem atenção ao motivo e à aplicação desta verba. Informou que a freguesia de São Martinho sofreu um grave incêndio do Planalto Mirandês. No dia 27 de agosto, foi aprovado na reunião de Conselho de Ministros de 2024 que a Câmara Municipal ia ser apoiada para restabelecimento da viação rural. O Instituto de Conservação da Natureza e Floresta (ICNF) ficou de o fazer. A Câmara Municipal atribuiu essa verba para o ICNF e não há um metro da viação rural que foi feito o levantamento pós-incêndio que era pago por toda a gente menos



pela junta de freguesia para restabelecer estas situações. Rede ripícola? Nada feito. Justificações? Capotamento de máquinas de rastro do ICNF, falta de material operacional ou de condutores do ICNF. Compreende que haja dores noutros momentos e que não se possam executar estes trabalhos. Mas foram aprovados, foi distribuída verba, o ICNF tem verba para fazer isto. Considera que a freguesia de São Martinho está abandonada no que toca ao ICNF e no que toca à Associação Portuguesa do Ambiente (APA). Referiu que têm de cumprir muitas regras, como limpar os caminhos até ao dia corrente. Referiu que a situação da nidificação é complexa. Só voltam a ter autorização para limpar caminhos de braço, trituração, pós-nidificação. Posteriormente, já não podem visto, que começam a ter alguns períodos complicados em termos de risco de incêndio. No entanto, têm de usar a verba que a Câmara Municipal lhes disponibiliza para transferência de competências para fazer o trabalho que alguém ficou de o fazer.

Seguidamente, o **Membro António Santos** referiu que, há quatro anos, estranhava que os presidentes de junta tivessem receio de votar contra o orçamento ou de se absterem por terem medo de que fossem penalizados. Por se ter absterido no orçamento, o que o Município fez foi um favor à Junta de Freguesia de São Martinho ao ser o primeiro protocolo deste ano? É o que se faz dessa leitura. Parece que é um favor que se está a fazer para mostrar que há democracia. Defendeu que as freguesias são todas iguais e todas têm direito a igual tratamento independentemente da posição do seu Presidente da Junta de Freguesia aqui presente ou não.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** interveio para reforçar a importância de todos contribuírem de forma positiva. Partilha dessa visão e gostava que todos interviessem com esse espírito construtivo. Como já referiu, considera que são poucos para reconstruir o concelho de Miranda do Douro, e por isso cada contributo conta. Em relação ao orçamento municipal, refere que se absteve apenas na questão do seguro de saúde, no restante elogiou o orçamento.

Em seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal para se pronunciar.

A **Presidente da Câmara Municipal** referiu que de facto este protocolo é um protocolo à semelhança dos protocolos que o Município tem celebrado com as juntas de freguesia. E é o último do ano passado porque houve um atraso na entrega dos documentos e na submissão do pedido. Este protocolo já é pago pelo orçamento que está em vigor e a posição que cada um assume relativamente à votação do orçamento, isso já não podem impor nada a ninguém e o comentário fica com quem o disse.



Os constrangimentos que o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira referiu são constrangimentos que se vão sentindo, são questões que têm que se deparar com elas e com as dificuldades que lhes são impostas.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que já manifestou o seu desagrado em relação à situação do orçamento, mas considera que as pessoas devem dizer o que sentem. Esclareceu que, quanto ao protocolo em causa, a junta de freguesia tinha direito, fez o pedido e foi-lhe atribuído.

Relativamente ao ICNF e à APA todos têm conhecimento dos constrangimentos que existem.

Relativamente ao incêndio na freguesia de São Martinho, a Câmara Municipal fez uma candidatura ao então Senhor Secretário de Estado das Florestas e veio aprovada uma candidatura de duzentos e sessenta mil euros. Mas está pendente de execução, consiste na estabilização e arranjos de caminhos rurais e paredes na zona da ribeira, que foi destruída pelo incêndio.

Relativamente ao ICNF, referiu que têm estado atentos e em comunicação com o ICNF, deixando nota que o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho tem conhecimento do esforço que têm feito.

O **Membro António Carção** deixou a ressalva de que fez um introito, que não pretendia discriminar ninguém, ele próprio já votou contra, a favor e absteve-se em orçamentos e justificou sempre o seu sentido de voto. Referiu que foi apenas um facto de circunstância e não de chantagem.

A **Presidente da Junta de Freguesia de Genísio, Edite Lopes**, cumprimentou os presentes e referiu que os votos, neste momento, estão relacionados com o que sentem em relação às Juntas de Freguesia, acrescenta que não tem de justificar o seu voto. Considera que, se olhando para o orçamento a sua Junta de Freguesia não é a mais beneficiada, considera que a abstenção seria o melhor voto e não tem de o justificar.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que o Município teve uma reunião com os Presidentes das Juntas e tem a certeza que nenhum deles ficou contente com o que está no Orçamento. Se todos tivessem a atitude da Presidente da Junta de Genísio, todos os Presidentes de Junta de Freguesia iam votar contra. Considerou que isso é uma desculpa. Questionou se a Junta de Freguesia de Genísio se sentiu discriminada alguma vez por este Executivo Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** deixou a nota de que se deve evitar politizar este tipo de protocolos, uma vez que já se definiu uma forma de ser equitativo para todos. Acrescentou que tem a firme certeza de que as Juntas de Freguesia são tratadas de igual forma e que não existe essa separação.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira** ausentou-se no momento da votação deste ponto, por se tratar de um assunto relacionado com a Junta de Freguesia que preside, embora o



Presidente da Assembleia Municipal tenha esclarecido que, do ponto de vista legal, poderia permanecer presente.

Findas as intervenções e os esclarecimentos necessários, o assunto foi submetido a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta de *“Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira”*, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, nos exatos e precisos termos nela plasmados, através do qual será atribuído um apoio financeiro à freguesia supra indicada no valor de € 12.441,25 (doze mil, quatrocentos e quarenta e um euros e vinte e cinco cêntimos), para os fins e nas condições exatas nela estabelecidas, cujo teor se dá aqui por integralmente transcrito.

2.4 Delegação de competências no domínio da educação – DL 21/2019, de 30 de janeiro – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal para elucidar quanto a esta matéria os Membros presentes na reunião.

A **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que este assunto se insere no âmbito da delegação de competências efetuada pelo Ministério da Educação para os municípios. Nesse contexto, o Município fica habilitado a celebrar os protocolos com o agrupamento de escolas, visando a transferência de parte das verbas para a gestão por parte do agrupamento de escolas.

Em seguida, abriu as inscrições para a intervenção neste ponto, tendo-se inscrito o Membro António Santos. O **Membro António Santos** referiu que não conhece muitos municípios que tenham este nível de delegação de competências. Fez um balanço positivo, reforçando que a atitude é sempre pela positiva e sempre pelo bem dos alunos e pela educação. Considerou que é um bom protocolo que se estabelece e tem servido os interesses dos alunos e isso é que é o fundamental.

Findas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu o assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de delegação de competências no domínio da Educação, ao abrigo do artigo 4º do DL nº 21/2019, nos exatos e precisos termos que nela constam, dando-se aqui por integralmente reproduzido o seu conteúdo, passando-se à transcrição dos parâmetros nela estabelecidos: *“1 – Delegar no Diretor do Agrupamento de Escola de Miranda do Douro, até ao final do ano 2026, as seguintes competências que foram transferidas para o Município no âmbito do citado Decreto-Lei nº21/2019, nas seguintes áreas:*



- a) *Fornecimento de refeições em refeitórios escolares (2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário) e a arrecadação das respetivas receitas, comunicando trimestralmente ao município o valor arrecadado, para efeitos de reporte do Fundo de Financiamento da Descentralização;*
- b) *Fornecimento do Leite Escolar aos alunos que frequentam a educação Pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico;*
- c) *Contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, Escola Básica de Sendim e Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro, (eletricidade, combustível, água, outros fluidos, comunicações, limpeza, higiene, material de escritório, etc.);*
- d) *Contratação de circuitos especiais de transportes para alunos NEE,*
- e) *Conservação e manutenção dos edifícios escolares, Escola Básica de Sendim e Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro;*
- f) *Aquisição de equipamento básico, mobiliário didático e outros equipamentos (nº1 do artigo 32º)*

II – Promover a transferência das verbas necessárias, ao exercício das competências delegadas, e processada por duodécimos, tendo como referência os valores recebidos do Fundo de Financiamento da Descentralização, no domínio da educação;

III – Que o início da delegação de competências e o respetivo contrato produza efeitos a partir de 01/01/2026 e vigore até 31/12/2026, nos termos da alínea a) do nº2 do artº 156º do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, ficando ratificados todos os atos praticados pelo Diretor do Agrupamento de Escolas até à outorga do contrato de delegação de competências;

- Aprovar a minuta do contrato de delegação de competências, que consta em anexo à proposta;

V – Que a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea m) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013, de 12 de setembro, submeta à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Delegação de Competências no Diretor do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro e a minuta do contrato de delegação de competências, nos termos da alínea K) do nº1 do artigo 25º da mesma Lei.”

O Membro Camilo António Vaz das Neves Raposo não estava presente na votação deste ponto por se encontrar ausente da sala de reuniões.

2.5 Plano Municipal de Ação Climática – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal para elucidar quanto a esta matéria os Membros presentes na reunião.



O **Vereador Vítor Bernardo** reforçou que este assunto deve ser discutido na Lei do financiamento das autarquias locais.

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** abriu as inscrições para a intervenção neste ponto, tendo-se inscrito o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, Lísis Fernandes**, referiu que, apesar da elevada pluviosidade registada este ano, superior aos valores normais para a região, e da consequente disponibilidade hídrica, persistem constrangimentos na gestão dos recursos hídricos. Destacou que os planos de ação climática entram muitas vezes em conflito com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), nomeadamente porque limitam fazer charcas em linhas de água, o que compromete a capacidade de adaptação e resiliência à seca do Planalto Mirandês.

Sublinhou a necessidade de aproveitar períodos de maior disponibilidade hídrica para prevenir futuras situações de escassez, considerando a incerteza quanto à repetição de anos com elevada pluviosidade.

Referiu, ainda, que não são devidamente assessorados pelo Ministério da Agricultura no que toca às culturas anuais para terem sementeiras mais resilientes.

Considera que o Plano de Ação Climática tem que tomar em atenção que é necessário usar sementeiras que sejam altamente eficientes ao tipo de solo e à falta de água característica do território.

Acrescentou, também, que a resiliência aos incêndios é um cuidado que o Plano de Ação Climática tem que ter conta. Menos gente, menos pastores, menos gado, mais emissão de CO₂ para controlar a floresta. Infelizmente, assiste-se ao abandono do pastoreio extensivo, do pequeno produtor local que não é rentável. Considera essencial que o Plano de Ação Climática integre medidas para contrariar estas tendências.

A **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o Plano Municipal de Ação Climática esteve em discussão pública e questionou se o Presidente da Junta de Freguesia deu os seus contributos aquando deste período porque é importante que estes tipos de contributo sejam feitos. Lamentou que não o tenha sido feito porque muito do que acabou de ser dito teria sido tido em linha de conta.

Ultimadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu o assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal de Ação Climática de Miranda do Douro, nos exatos e precisos termos apresentado, cujo teor se dá aqui por integralmente inscrito.

O Membro Mário João Ferreira Vaz não estava presente na votação deste ponto por se encontrar ausente da sala.

2.6 Proposta de atividade de celebração dos 50 anos do poder local – Nomeação de representantes (2) da Assembleia Municipal.



O **Presidente da Assembleia Municipal** elucidou os presentes quanto a esta proposta da Mesa de Assembleia.

Ressalvou que é uma forma de celebração dos 50 anos, da dupla efeméride que são as primeiras eleições autárquicas e também a Constituição da República Portuguesa de 1976. A ideia seria nomearem um representante de cada grupo municipal para se aliar à Mesa da Assembleia e conjuntamente organizarem o evento. Sugeriu o mês de maio para também de alguma forma estar próximo ao 25 de abril. O facto de não ser proposto o dia 25 de abril é por considerarem que limita a disponibilidade dos convidados. A ideia seria fazer uma atividade mista: um período da manhã com uma apresentação do que é a Assembleia Municipal e à tarde seria uma Assembleia Municipal.

Seguidamente, abriu inscrições discussão quanto ao assunto em questão e pediram a palavra os Membros António Carção e António Santos.

A **Presidente da Câmara Municipal** deu nota que o Município de Miranda do Douro escolheu a semana de celebração do 10 de julho para a celebração desta efeméride dos 50 anos do Poder Local, em que estará presente a TSF e os jornalistas do Jornal de Noticias a fazer cobertura. Oportunamente será dado conhecimento da programação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que esta proposta de celebração da Assembleia Municipal seria mais direcionada para as Assembleias Municipais, o que falta cumprir nelas, os poderes que elas deviam ter, e para aproximação aos jovens.

O **Membro António Carção** felicitou o Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa de propor esta atividade, reforçando que o poder local foi a grande conquista de abril e que deve ser transmitida aos jovens.

O **Membro António Santos** manifestou a sua concordância com a ideia, o poder local é de facto uma das grandes conquistas de abril e deve ser celebrada com dignidade. A atividade parece-lhe muito bem, alerta só que em julho os jovens mais velhos já estarão em exames nacionais. Ao que o Presidente da Assembleia Municipal referiu que a ideia seria propor o mês de maio.

O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou aos líderes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia que dessem indicação de representantes desta Assembleia Municipal para, conjuntamente com a Mesa, organizarem esta atividade.

O **Grupo Municipal do Partido Socialista (PS)** nomeou o Membro Bruno Filipe Lourenço Torrado.

O **Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD)** nomeou a Membro Micaela Raposo Fernandes da Igreja, Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas.



2.7 Petição à Assembleia Municipal: “Pedido de exclusividade das festas tradicionais nos dias 26 e 27 de dezembro na aldeia de Duas Igrejas” – Apreciação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** começou por informar que a petição pública foi endereçada à Assembleia Municipal por três cidadãos (Armando Raposo Martins, João Pedro Pires Gonçalves e Tomás Martins Cobeira) e concedeu a palavra o Executivo Municipal para se poder pronunciar.

A **Presidente da Câmara Municipal** informou que esta situação se desencadeou devido à marcação das datas do Festival Geadas. Desde o primeiro momento, a Presidente da Câmara Municipal referiu que se manifestou junto da Associação Recreativa da Juventude Mirandesa (ARJM) sobre a data do Festival Geadas do ano anterior pela consciência que tem da baixa densidade populacional associada ao território e por saber o quanto isso melindra as festividades das aldeias.

Paralelamente, fez um esforço juntamente com a nova direção da ARJM para ser escolhida uma nova data consensualizada para este ano para as festividades do Festival Geadas e transmitiu que não vai colidir com as festas em causa. Sendo que dá a sensação que a petição foi condição para que isto acontecesse, mas não foi isso que aconteceu. Era isso que já era pretendido há muito tempo. Reforçou que não podem invocar uma exclusividade de datas. Nenhuma aldeia, nenhuma associação cultural a pode invocar porque o dia vinte e sete de dezembro é o início das festividades da Velha e do Carochão em Constantim e há festas também na Póvoa, e é preciso respeitar isso. É preciso que haja consenso e bom senso na marcação das festividades.

Em seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** abriu as inscrições para a intervenção neste ponto, tendo-se inscrito o Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas e os Membros Mário João Vaz e António Carção.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas, António Marcos Ruano**, referiu que não tinha conhecimento desta petição. Mas reconheceu que, de facto, é uma situação que causa muita revolta na população porque colide um evento na sede do Município, com alto patrocínio do Município, no mesmo dia das festas que há anos e anos se realizam em Duas Igrejas, em Constantim e em tantos outros sítios. Considera que é oportuno um consenso entre todos para que isto não se repita.

O **Membro Mário João Vaz**, para contextualizar e para que faça parte da memória, esclareceu que o Geadas é um festival que nasceu com o festejo do primeiro aniversário do Grupo de Pauliteiros da cidade de Miranda do Douro. E a primeira data organizada, há quase 20 anos, foi o dia 26 porque foi a data da primeira atuação. Foi organizado com fundos muito escassos, e na altura o Município pouco apoiou, e um grupo de pauliteiros



queriam organizar um festejo e a ARJM ajudou porque muitos dos membros eram comuns. No ano seguinte ganhou mais notoriedade e foi aí que entrou a ARJM.

O **Membro António Carção** referiu que considera que este é um assunto muito sensível e tem de haver bom senso e a Câmara Municipal, que gere os serviços culturais, deve fazer esforços por não coincidirem dois eventos culturais, sendo que deve ser extensivo a todos os eventos dentro do nosso concelho. Coincidir num concelho tão pequeno duas festas culturais ou não culturais não é bom, mas reconhece que é extremamente difícil de executar.

A **Presidente da Câmara Municipal** referiu que este é um assunto muito difícil de gerir e foi difícil de gerir nestes dois últimos anos, acresce que não tem nada contra a direção que cessou funções, mas quando chegaram ao Município disseram que o Festival tinha de ser naquelas datas com tudo contratado e calendarizado e a sua primeira reação foi transmitir que o Município não ia apoiar e consequentemente gerou-se um alarido na rua. O Município tem consciência que o Festival Geada ganhou escala e tem trazido muita gente ao concelho e já conseguiram com esta nova Direção fixar a data para 29, 30 e 31 de dezembro de 2026, para depois incluir o enterro do ano velho, pois houve bom senso da parte desta nova Direção.

2.8 Aprovação em definitivo do Regulamento do Transporte Público de Passageiros em Táxi do Município de Miranda do Douro – Apreciação e Deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal para elucidar quanto a esta matéria.

O **Vereador Vítor Bernardo** esclareceu que há interessados em ter veículos táxi descaracterizados, da classe A e da classe T, do turístico e não estava regulamentado e vem a regulamentação para terem esse tipo de licenças porque senão o IMT depois não concede o alvará.

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum dos Membros pretendia inscrever-se para intervir. Não se tendo verificado nenhuma inscrição, o Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Transporte Público em Táxi do Município de Miranda do Douro, nos exatos e precisos termos apresentado e cujo teor se dá aqui por integralmente transcrito.

A Presidente da Junta de Freguesia de Génísio, Edite Dias Lopes e o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Francisco José Carvalho Parreira, não estavam presentes na votação deste ponto, por se encontrarem ausentes da sala de reuniões.

2.9 Informação a prestar pela Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal – Apreciação.



O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecer os presentes acerca dos assuntos vertidos na informação por ela apresentada.

A **Presidente da Câmara Municipal** elucidou acerca dos temas que constam na informação acima mencionada, manifestando-se recetiva para responder às eventuais questões que considerassem pertinente colocar-lhe.

Nesse sentido, solicitaram o uso da palavra os seguintes Membros: Emanuel Pinto Bernardo e o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, Lísis Gonçalves.

O **Membro Emanuel Bernardo** colocou a questão sobre a localização onde vai ser construída a Casa Cycling Iberlobo e deu nota que analisou com algum cuidado o quadro resumo financeiro, mas falará na Assembleia Municipal própria.

A **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a construção da casa Cycling Iberlobo é no âmbito do projeto do Iberlobo On Bike, e vai ser muito próximo do local do Miniauditório, pois foi o local para o qual obtiveram autorização.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Fernandes**, pediu esclarecimento quanto ao ponto 1.3 "Arranjos Urbanísticos em Malhadas, São Martinho, Póvoa e Génisio", no sentido de perceber o que é que está a decorrer. E depois no ponto 6, apenas diz "Palaçoulo e São Martinho".

Acrescentou que em novembro aconteceu um sinistro dentro da Freguesia de São Martinho de Angueira que derrubou um guarda corpos de uma ponte que passa sobre o rio Angueira e começou a ser reparado na segunda feira da semana que está a decorrer. Enfatizou que passaram três meses e reconheceu que as condições climatéricas não eram as melhores, mas a ponte tem mais de quatro metros e meio de altura, considera que não se pode compactar com uma morosidade tão grande. Ressalvou que compreende que é difícil encontrar quem queira executar as obras, mas com cheias mantiveram-se os guarda-corpos tombados em cheias, dentro do rio. Solicitou atenção e reconhece que houve comunicação constante com o Vereador Vítor Bernardo e com o Vice-Presidente, mas é uma ponte das mais importantes para travessia na aldeia e considera que é preciso ter mais atenção a este tipo de situações.

A **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que não podiam intervir na ponte enquanto não tivessem a anuência da companhia de seguros. As circunstâncias que vivemos de chuva contínua, persistente e intensa não permitiram o início da obra.

Em relação aos arranjos urbanísticos, referiu que a adjudicação ainda está em curso.



O **Vereador Vítor Bernardo** esclareceu que a seguradora só aprovou o orçamento da obra a 20 de janeiro, pelo que não está muito desfasada em termos de tempo e são conhecidos de todos os constrangimentos em termos de empresas para executar estes trabalhos.

Concluído o debate deste assunto, os Membros que integram este Órgão Deliberativo e que participaram nesta reunião deram-se por informados e esclarecidos quanto ao conteúdo da informação prestada pela Presidente da Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal.

Não se verificando por parte de nenhum dos Membros mais nenhuma questão, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a abordar o ponto subsequente.

2.10 Outros assuntos.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo a palavra aos Membros deste Órgão deliberativo presentes nesta reunião, interpelou-os sobre se pretendiam tratar de mais algum assunto relevante para o Concelho e, não se tendo pronunciado nenhum dos Membros, prosseguiu com os trabalhos, passando ao ponto seguinte.

3. Período de intervenção do Público.

O **Presidente da Assembleia Municipal** demandou se alguém de entre os presentes no Público pretendia, no exercício do seu direito de participação, intervir, não se tendo verificado qualquer manifestação nesse sentido.

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluída a reunião eram treze horas e um minuto, da qual se lavrou a presente ata, que será submetida a aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 57º da Lei nº75/2013.

O Presidente da Assembleia Municipal:

A Secretária da Sessão:
